

CONSUMO

80% de lares estão com dívidas

Pesquisa da CNC aponta que o endividamento das famílias brasileiras atingiu recorde em fevereiro. Inadimplência chega a 29,6%

» RAPHAEL PATI
» PEDRO JOSÉ*

Enquanto as contas chegam, o brasileiro se afunda cada vez mais nas dívidas que parecem virar uma bola de neve. Este cenário ficou mais frequente nos lares do país em um cenário de juros altos e menor poder aquisitivo, como atesta o levantamento mais recente da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgado ontem. De acordo com o estudo, quatro em cada cinco famílias tinham alguma dívida no último mês de fevereiro, o que representa o maior nível desde o início da série histórica, em 2010.

O levantamento realizado mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra que em fevereiro de 2026, 80,2% desses grupos possuíam alguma dívida, o que indica um aumento de 3,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os dados divulgados ontem ainda revelam que a inadimplência voltou a subir em fevereiro, após três meses de queda. Nesse período, a taxa subiu para 29,6%, o que, na visão do presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, é um impacto direto do nível elevado da taxa de juros no país. Desde junho de 2025, a Selic permanece no maior nível em quase 20 anos, a 15% ao ano (a.a.).

“Embora o crédito seja um motor essencial para o consumo, o custo do dinheiro permanece proibitivo, criando um ciclo perigoso em que o aumento das dívidas é potencializado por juros altos que dificultam a amortização. Sem alívio consistente nos juros, a capacidade das famílias de limpar seus cadastros fica seriamente comprometida, o que acaba por frear o dinamismo do nosso comércio e serviços”, destaca Tadros.

Para o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, embora o endividamento recorde assuste, o que preocupa mais a entidade é o nível elevado da inadimplência, que representa a parcela da população endividada que não consegue honrar com esses compromissos financeiros e ficam com o nome “sujo”.

De acordo com a pesquisa, o tempo médio de atraso dos pagamentos subiu para 65,1 meses, o

Divulgação/CNC



Ao atribuir a elevação aos juros, Tadros avalia que, embora o crédito seja um motor do consumo, o custo do dinheiro é proibitivo

que representa o nível mais alto desde o fim de 2024. Além disso, a parcela de consumidores inadimplentes por mais de 90 dias avançou para 49,5%, evidenciando que os atrasos estão cada vez mais longos. “O aumento do endividamento preocupa, não costumamos ver este nível, mas o crescimento da inadimplência preocupa ainda mais porque é mais um sintoma do estrago que este longo período de aperto monetário com a alta Selic provoca no orçamento das famílias brasileiras”, analisa Bentes.

Insegurança

O caminhoneiro Kleiber Vieira, de 52 anos, é um exemplo de como a insegurança também pode gerar inadimplência. Ele conta que ficou com o nome “sujo” após ter o veículo roubado quando



Muitos brasileiros têm a sensação de que os salários permanecem os mesmos, enquanto os preços de itens essenciais, serviços e até do próprio crédito aumentam gradualmente”

Reinaldo Domingos, presidente da Abefin

ainda faltavam 11 parcelas de R\$ 6 mil para terminar o financiamento. Segundo ele, o caminhão tinha sido adquirido por meio do antigo programa Pró-Caminhoneiro. Após o roubo, afirmou que não conseguiu renegociar o débito com a instituição financeira responsável pelo contrato.

“Essa dívida se tornou impagável. Era um financiamento ligado a um programa para caminhoneiros e não houve negociação, apenas a cobrança de juros sobre juros. Eu devia cerca de R\$ 66 mil e fiz propostas para pagar em 12 ou 24 vezes, mas não aceitaram”, disse. De acordo com o motorista de caminhão, o valor da dívida aumentou ao longo dos anos. “Hoje ela já passa de R\$ 300 mil, então se tornou impossível pagar nas minhas condições”, afirmou.

Vieira também relata impactos no dia a dia de trabalho. “Por

causa dessa dívida, eu sofro bloqueio judicial. Isso me prejudica porque trabalho com frete e recebo pagamentos em conta. Hoje não posso mais usar a minha conta bancária e tenho que utilizar a conta dos meus filhos”, disse. O caminhoneiro afirma que até o momento do roubo estava com as parcelas em dia. “Em dezembro de 2018 aconteceu o roubo. Até então eu estava pagando normalmente, mas naquele mês já não consegui pagar, porque também retiraram o dinheiro que eu tinha na conta”, relatou.

Organização

Para o presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira (Abefin), Reinaldo Domingos, o crescimento do endividamento das famílias reflete um cenário que já pode ser

caracterizado como uma “epidemia de inadimplência” no país. “Esse movimento ocorre principalmente por um descompasso cada vez maior entre renda e custo de vida. Muitos brasileiros têm a sensação de que os salários permanecem os mesmos, enquanto os preços de itens essenciais, serviços e até do próprio crédito aumentam gradualmente”, comenta.

Diante de uma pressão cada vez maior no orçamento, o presidente da associação explica que o crédito acaba sendo utilizado como uma solução imediata para manter o padrão de consumo, ou até mesmo para cobrir despesas básicas. “O problema é que grande parte dessas operações ocorre em modalidades com juros elevados, como cartão de crédito e empréstimos pessoais, o que acelera o processo de endividamento e aumenta o risco de inadimplência”, acrescenta Domingos.

A pesquisa da CNC mostra ainda que o avanço do endividamento atinge todas as faixas de renda da população. No último mês de fevereiro foi impulsionado majoritariamente pelas famílias de maior renda, que recebem acima de 5 salários mínimos. Inclusive entre as com renda superior a 10 salários mínimos, o endividamento saltou de 3,8% em relação ao ano anterior. Já na faixa dos mais pobres, onde a inadimplência castiga mais, o percentual de contas em atraso manteve-se elevado em 38,9%.

A planejadora financeira Gabriela Vale alerta para os riscos antes de assumir uma nova dívida. Segundo ela, é fundamental que o consumidor avalie três pontos principais: a real necessidade da despesa, a capacidade de pagamento sem comprometer o orçamento mensal e o custo efetivo do crédito. “A recomendação é que as parcelas não comprometam de forma excessiva a renda e que o consumidor tenha clareza de que toda decisão de crédito representa antecipação de consumo”, ressalta a especialista.

“Importante aconselhar que interromper o parcelamento de despesas cotidianas é um passo essencial para recuperar o controle financeiro”, pontua Vale.

* Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

EMPRESAS

Raízen pede renegociação de dívidas

A Raízen confirmou, ontem, que protocolou seu pedido de recuperação extrajudicial na Comarca da Capital de São Paulo para renegociar cerca de R\$ 65,1 bilhões em dívida. Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa afirma que a recuperação extrajudicial foi consensualmente estruturada com seus principais credores financeiros quirográficos, com o objetivo de assegurar um ambiente jurídico estável, protegido e adequado para a negociação e implementação da reestruturação das dívidas financeiras quirográficas no montante aproximado de R\$ 65,1 bilhões, bem como

de outros créditos intercompany.

Segundo a empresa, o plano conta com adesão expressa dos credores signatários titulares de mais de 47% das dívidas financeiras quirográficas, porcentual suficiente para o ajuizamento da recuperação extrajudicial e que demonstra apoio relevante aos esforços para viabilizar a reestruturação das obrigações financeiras do Grupo Raízen.

A companhia lembra que, nos termos da legislação aplicável, o Grupo Raízen dispõe do prazo de 90 dias, a contar do processamento da recuperação extrajudicial, para obter o porcentual mínimo necessário à homologação de seu plano de recuperação

extrajudicial, assegurando, assim, a vinculação de 100% dos Créditos Sujeitos aos novos termos e condições de pagamento a serem definidos no Plano.

Opções

“O plano poderá envolver a capitalização do Grupo Raízen pelos seus acionistas; a conversão de parte dos Créditos Sujeitos em participação acionária na companhia; a substituição de parte dos Créditos Sujeitos por novas dívidas; reorganizações societárias, destinadas à segregação de parcela dos negócios atualmente conduzidos pelo Grupo Raízen; e venda de ativos do Grupo Raízen”, informa.

A Raízen esclarece que a recuperação extrajudicial possui escopo limitado, estritamente financeiro, e não abrangerá as dívidas e obrigações do Grupo Raízen com seus clientes, fornecedores, revendedores e outros parceiros de negócios, essenciais para a sua operação e continuidade de suas atividades, as quais permanecem vigentes e continuarão sendo cumpridas normalmente nos termos dos respectivos contratos.

“As operações do Grupo Raízen seguem sendo conduzidas normalmente, no atendimento a clientes, na relação com fornecedores e na execução de seus planos de negócios”, afirma.

Leônidas Kashiyama/Raízen/Divulgação



Segundo a Raízen, a recuperação extrajudicial é apenas financeira

Reprodução/Instagram/@paodeacucar



Empresa e os credores terão mais 90 dias para negociar

Justiça aceita pedido do Pão de Açúcar

O pedido de recuperação extrajudicial do Grupo Pão de Açúcar (GPA) foi acatado pela 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, ontem. A proposta com efeitos imediatos permite que parte das dívidas da rede varejista sejam negociadas sem intervenção judicial.

O plano de recuperação envolve dívidas sem garantias que não constituem obrigações correntes ou operacionais, chegando a aproximadamente R\$ 4,5 bilhões. Os principais credores, titulares de R\$ 2,1 bilhões do valor total da negociação,

aprovaram a proposta.

Se na recuperação judicial todo o processo é supervisionado pelo Judiciário, na recuperação extrajudicial as negociações ocorrem de forma direta entre a empresa e os credores.

Com a validação da Justiça, o GPA - que além dos supermercados Pão de Açúcar, envolve os supermercados Extra — e os credores poderão negociar por mais 90 dias. “Nesse período, a companhia confia que conseguirá o apoio da maioria dos créditos sujeitos ao processo e espera chegar a uma solução estruturada

que resolva simultaneamente a liquidez de curto prazo e a sustentabilidade financeira de longo prazo”, diz o comunicado publicado pelo grupo.

Plano

O plano prevê que a companhia deixe de cumprir com obrigações de pagamento sem garantia pelo prazo de 90 dias, com o objetivo de recuperar a saúde financeira da empresa. Esse valor, no entanto, não deve prejudicar o pagamento de obrigações trabalhistas, assim como os

compromissos com fornecedores, parceiros e clientes do grupo.

Durante os três meses de vigência do plano, o GPA espera “chegar a uma solução estruturada que resolva simultaneamente a liquidez de curto prazo e a sustentabilidade financeira de longo prazo”. No último balanço divulgado pelo grupo, referente ao quarto trimestre de 2025, o Pão de Açúcar teve um prejuízo de R\$ 572 milhões, acima do esperado pelo mercado, apesar de ainda estar 48,2% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior.